

CONFERÊNCIA

Floresta e Território: Riscos, Economia e Políticas

Proença-a-Nova – 21 de Março de 2015

“Protecção civil, fogos florestais e ordenamento do território – uma perspectiva abrangente na defesa das pessoas e dos territórios”

O repto que o meu amigo, Eng.º João Paulo Catarino, me lançou, para participar nesta conferência, tinha desde logo dois factores que o tornavam irrecusável: o tema dos fogos florestais e o facto de ser formulado por um grande amigo que, além do mais é um autarca e um político de excelência como fica demonstrado em mais esta iniciativa oportuna e de mérito indiscutível.

O facto de as minhas origens e boa parte do meu percurso de vida pessoal e profissional estarem indissolavelmente ligados à Zona do Pinhal, reforçaram a vontade de estar presente e a obrigação de participar e tentar contribuir, ainda que modestamente, para encontrar respostas para este problema grave e recorrente e para o qual ainda não conseguimos construir uma resposta global e plenamente eficaz.

Em minha opinião, a resposta à problemática dos fogos florestais tem sido construída ao longo dos tempos sobretudo numa perspectiva estritamente ligada às técnicas de gestão e ordenamento do mosaico florestal e numa óptica de resposta operacional, designadamente em sede protecção civil.

Trata-se de uma abordagem indiscutivelmente necessária, tanto do lado da prevenção como da protecção de pessoas e bens mas que se revela manifestamente insuficiente para combater um fenómeno que resulta da combinação de um conjunto de factores historicamente conhecidos, como sejam uma herança territorial mal gerida, um êxodo populacional avassalador e o correspondente abandono da terra, condições climáticas favoráveis decorrentes da nossa posição geográfica e, ainda, a enorme pressão que o fenómeno dos incêndios coloca nas comunidades locais, tanto em resultado dos prejuízos materiais e ambientais que origina como do dramatismo que lhe está normalmente associado.

Todos sabemos que a gestão dos riscos, as questões da segurança pública e da protecção e socorro assumem, cada vez mais importância no quotidiano das populações, sobretudo pelos seus elevados impactes nas pessoas, na organização socioeconómica dos territórios e no ambiente.

A crescente globalização, os desequilíbrios demográficos e as fragilidades sociais a eles associadas, as elevadíssimas taxas de urbanização e as gigantescas e explosivas metrópoles a que vem dando origem com o correspondente despovoamento e desertificação que lhes estão associadas a montante e que são a outra face da mesma moeda, a par das alterações climáticas e dos elevadíssimos níveis de poluição e contaminação ambiental, geram novos e complexos desafios que exigem respostas cada vez mais integradas e multidisciplinares.

Compreende-se bem, neste quadro, que a Gestão Florestal, a Protecção Civil e o combate aos incêndios bem como o Ordenamento do Território se venham constituindo como áreas do conhecimento cada vez mais atentas entre si e cujas políticas públicas sectoriais revelam uma cada vez maior integração e complementaridade.

Façamos, no entanto, uma pequena viagem pelas várias etapas já percorridas para, no final, podermos eventualmente compreender e identificar as que nos faltam ainda percorrer para reduzir o fenómeno dos incêndios florestais a uma expressão social e economicamente aceitável no nosso país e, especialmente, nesta região.

Em Portugal, é minha convicção que este caminho da abordagem multidisciplinar e da integração das políticas públicas sectoriais de combate aos incêndios, só começou a ser verdadeiramente percorrido nos últimos 20 anos.

De facto, até 1995, o panorama tanto no plano organizacional, como no que diz respeito á integração das abordagens sectoriais era manifestamente desolador.

A resposta operacional e a protecção civil estavam repartidas por diversos organismos dentro do Ministério da Administração Interna e, no caso dos incêndios florestais, entre este e o próprio Ministério da Agricultura.

O mesmo se diga do ordenamento do território que, á época, vivia espartilhado entre departamentos de vários ministérios, particularmente do Planeamento e do Ambiente.

As universidades, essas, viviam fechadas em si mesmas e falando para si próprias. No fundo, comportavam-se como os restantes organismos com responsabilidades públicas nestes e noutros domínios, cada um falando e produzindo apenas para a justificação da sua própria existência.

Em consequência, o melhor conhecimento científico produzido não chegava aos seus potenciais utilizadores e interessados o que, como é óbvio, não ajudava na formulação das políticas públicas que o não incorporavam ou, quando isso acontecia, se ficavam por pequenos contributos sectoriais e pontuais.

Como corolário de todo este desordenamento jurídico-legal e organizacional e da atitude autista das administrações públicas e das próprias entidades produtoras do saber o panorama podia considerar-se preocupante.

Com efeito, o nosso país até há bem pouco tempo não se encontrava dotado nem do quadro legal nem das estruturas operacionais adequadas para uma resposta eficaz em sede de catástrofe e, para agravar tudo isto, a prevenção e a mitigação dos riscos em sede de ordenamento do território e dos respectivos instrumentos de planeamento era praticamente inexistente.

A prova disso era a inexistência da mais elementar cartografia de riscos, instrumento básico tanto para a prevenção como para a preparação da resposta às ocorrências, em sede de acidentes e catástrofes, tanto naturais como de origem humana.

Na nossa memória, em Portugal, temos ainda bem presentes os incêndios florestais que assolaram o País de forma severa em 2003 e 2005, causando vítimas mortais e prejuízos sociais, económicos e ambientais elevadíssimos.

Todos estes acontecimentos, isolados ou em conjunto, levaram os poderes públicos (de todos os países e não apenas de Portugal) a um reforço dos instrumentos de previsão e mitigação de riscos e a um esforço redobrado na concretização de dispositivos de resposta.

Um mundo fortemente industrializado e urbanizado, com elevados índices de poluição indutores de alterações climáticas descontroladas, com áreas em acentuada desertificação humana, baseado no movimento contínuo de pessoas e de bens, em tecnologias de ponta, na indústria pesada e na deslocação de produtos altamente perigosos, comporta novos, diferentes e cada vez maiores riscos, naturais e induzidos, com grande potencial para provocar desastres naturais e tecnológicos de proporções bastante superiores aquelas que temos conhecido e a que nos fomos habituando.

Impõe-se, por isso, uma obrigação acrescida para todos os cidadãos e especialmente para os poderes públicos, no sentido de procurar e estudar as causas de tais acontecimentos e tentar antecipar e prevenir os seus efeitos.

Em Portugal e na União Europeia, os grandes acidentes, nos quais se incluem os grandes incêndios, passaram a constituir uma preocupação não apenas do ponto de vista dos impactes ambientais e da saúde pública, mas também no plano económico e social.

Essa preocupação passou a exigir uma atenção reforçada, da parte das instituições científicas e de investigação aplicada, criando doutrina e desenvolvendo modelos que contribuam para a prevenção e a mitigação de riscos em tempo útil e para uma resposta cada vez mais eficaz a médio e longo prazo.

Infelizmente há muitos exemplos, tragicamente elucidativos, da estreita ligação entre as consequências das catástrofes e a forma como encaramos o ordenamento do território ou, como diria um grande geógrafo e professor que tive, Alfredo Fernandes Martins, “...os homens esquecem-se, frequentemente, que a natureza nunca se cansa e depois sofrem as consequências...”

No entanto, todos os dias somos confrontados com exemplos trágicos da inobservância de algumas das regras elementares do planeamento e do ordenamento do território.

Em todos os tempos houve catástrofes e calamidades de diferentes espécies, mas só recentemente a prevenção dos riscos e a protecção civil passaram a fazer parte da agenda política de tal forma que já se assume como prioridade neste início do século XXI, como bem demonstram os meios colocados ao seu serviço nos diferentes continentes.

Em Portugal, é indiscutível o esforço de investimento (em meios e em organização) que o país tem vindo a realizar nos anos mais recentes, com a criação de um Sistema de Protecção Civil, coerentemente organizado, cobrindo todo o País.

Tem vindo a ser construído um novo edifício legislativo e organizacional - dispositivo integrado de operações de protecção e socorro (DIOPS), dispositivo especial de combate aos fogos florestais (DECIF), reforço operacional com os GIPS e a FEB “Canarinhos”, EIP’s, equipamentos de protecção, meios aéreos, etc. etc. -.

A par deste esforço, temos assistido a elaboração de planos de prevenção e a adopção de medidas de mitigação que tem vindo a ser desenvolvidas, bem como a uma crescente aposta na formação de novos técnicos em matéria de protecção civil e do ordenamento do território, cujos cursos integram conteúdos de ambas as áreas do conhecimento.

De facto, para além da oferta própria e específica da Escola Nacional de Bombeiros, durante anos a única entidade que formou técnicos neste domínio, existe hoje uma oferta diversificada de cursos de pós-graduação e licenciatura nestes domínios, por parte de instituições credíveis como universidades e Politécnicos, de entre os quais se destacam as escolas ligadas ao ordenamento e ao ambiente.

Esta nova realidade traduz-se, como não poderia deixar de ser, numa cada vez maior incorporação do conhecimento científico mais recente em todos os patamares de tomada de decisão e, conseqüentemente, nos instrumentos legais, de planeamento, de prevenção e de resposta produzidos, tanto em sede de Protecção Civil como do Ordenamento do Território.

Melhorar a tomada de decisões e o planeamento e gerir os riscos de uma forma mais eficaz é, sem dúvida, um esforço adequado e que tem de ser feito e mantido no tempo.

Também não há dúvidas que a melhoria da gestão florestal, dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território e dos dispositivos de combate aos incêndios e de protecção civil tem tido resultados visíveis, tanto no que respeita á protecção da floresta e do ambiente em geral, como das pessoas e dos bens e é um caminho que temos de continuar a fazer para tornar as comunidades menos vulneráveis e promover a resiliência dos territórios.

No entanto, aqui chegados, a pergunta que se se impõe colocar é se todo este esforço é ou está a ser suficiente para responder a diferentes dimensões do problema dos fogos florestais e a inverter a tendência de forma estrutural e continuado, que é o tema central desta sessão.

E é aqui que, em minha opinião, reside o busílis do problema e a questão de fundo da prevenção e do combate aos fogos florestais.

Os incêndios florestais não são apenas um problema de herança territorial, de posição geográfica, de gestão florestal ou de protecção civil e resposta operacional pois, se assim fosse, com os meios e os investimentos já feitos nos últimos 20 anos, o problema deveria estar controlado ou pelo menos estabilizado em padrões aceitáveis, que situassem as áreas ardidadas em limites razoáveis.

No entanto, e como se viu em 2013 e se pode extrair do padrão da última década, a realidade ainda não é essa. Apesar dos progressos conseguidos, volta e meia lá temos um ano “desgraçado”, com as áreas ardidadas a atingirem números brutais!

Assim, e como vemos, a resposta de fundo está longe de se esgotar nestas medidas. Estas são, comprovadamente, medidas de “fim-de-linha”, necessárias sem dúvida, mas insuficientes para uma resposta estrutural ao problema.

É, pois, necessário criar as bases de uma nova economia em torno da fileira da floresta, em particular nos territórios de baixa densidade, que garanta a rentabilidade das actividades a ela associadas, tornando-as actividades economicamente viáveis e que justifiquem o retorno das pessoas ao território.

De facto, o problema principal está no abandono do território e nas suas causas. Se as combatermos, combatemos a desertificação e combatemos o problema nas suas raízes mais fundas.

É por isso que o título desta conferência “Floresta e Território: Riscos, Economia e Políticas”, é tão pertinente como actual.

Dizia-me, há mais de 30 anos, um grande Geógrafo, o meu amigo e saudoso Professor António Gama Mendes, recentemente falecido, também ele oriundo da Zona do Pinhal, que a questão dos incêndios só se resolveria quando se resolvesse o problema do êxodo rural pois este era, segundo ele, uma consequência inevitável do facto de estarmos a ficar sem gente para cuidar do território.

Palavras sábias, sem dúvida, para as quais, infelizmente, ainda não foi construída uma resposta eficaz. É certo que uma tendência longa, como esta, não se inverte de um momento para o outro. No entanto, é preciso começar essa inversão, antes que seja tarde!

E essa resposta tem de ser dada, sobretudo, no domínio da construção de uma visão estratégica para os territórios, especialmente os de baixa densidade, substancialmente diferente da política de abandono e indiferença a que têm sido votados, fruto de análises baseadas em raciocínios economicistas e de uma arrogância e levandade que só pode ser compreendida num quadro de grande desconhecimento da importância e do valor Histórico, Geográfico e Geoeconómico do território.

Os nossos antepassados, governantes e governados, andaram séculos a promover o povoamento do território, pois compreendiam que isso era essencial à sua sobrevivência como povo e à própria manutenção da soberania nacional e isso implicava a presença de pessoas e actividades em todo o território.

Por isso fomentaram e apoiaram todas as actividades possíveis e, especialmente, criaram uma malha de ocupação e administração territorial que garantisse essa mesma soberania de uma forma sustentável.

O modelo de ocupação e aproveitamento territorial utilizado era adequado ao conhecimento e à tecnologia disponíveis, tanto no plano económico como administrativo e, como sabemos, demonstrou eficiência durante séculos!

A ocupação florestal foi uma forma eficiente (ainda que nem sempre bem executada, é certo), de conseguir, através de uma actividade extensiva manter a ocupação humana do território em locais que não permitiam outras ocupações mais intensivas e eventualmente mais rentáveis, pelo menos à época.

Hoje sabemos que a fileira florestal possui um valor acrescentado significativo, é geradora de emprego e ambientalmente sustentável.

No entanto, para que isso possa ser realidade, é preciso apostar nela com convicção pois, como se pode constatar com relativa facilidade, é no fomento e na dinamização da actividade florestal e de todas as actividades associadas à fileira, que está a melhor resposta ao problema que hoje aqui debatemos mas, para isso, tem de ser mobilizados os recursos e as estratégias adequados.

Desenvolver medidas que favoreçam o emparcelamento e aumentar a dimensão média das explorações, promover a formação e requalificação dos agentes do sector, criar e desenvolver circuitos de comercialização, apoiar à investigação, a inovação e o desenvolvimento tecnológico das empresas, aproveitar os fundos comunitários para incentivar o investimento na floresta, diversificar a actividade económica em meio agro-florestal através do fomento do turismo e de outras actividades compatíveis e complementares, etc., tudo isto de forma integrada, articulada e sustentada.

Em síntese, é preciso dar corpo a um verdadeiro programa de desenvolvimento integrado, específico para os territórios de baixa densidade, com a floresta como epicentro dessa estratégia.

É essa é, provavelmente, a tarefa que todos nós, cidadãos, temos o dever de empreender e que devemos reivindicar dos poderes públicos, tanto por razões de sobrevivência como de defesa do nosso próprio modelo de civilização no qual a floresta teve sempre um papel historicamente relevante.

Este é o modesto contributo que aqui vos quero deixar. Muito obrigado pela vossa atenção.

José Miguel Medeiros
Geógrafo

